

Teacher Mediation And Critical Reading In Digital Environments: Pathways To Reading Autonomy

Vanderly José Da Silva Souza

Licenciada Em Letras

Secretaria De Educação Do Estado De Goiás – Seduc/Go

Maria Garcia

Licenciada Em Letras

Secretaria De Educação Do Estado De Goiás – Seduc/Go

Jane Cristina De Souza

Licenciada Em Letras

Secretaria De Educação Do Estado De Goiás – Seduc/Go

Fabiane Mendonça Macedo Guerra

Licenciada Em Geografia

Secretaria De Educação Do Estado De Goiás – Seduc/Go

Ivanilda Maria De Assunção

Licenciada Em Letras

Secretaria De Educação Do Estado De Goiás – Seduc/Go

Glenia Das Chagas Carneiro Silva

Licenciada Em História

Secretaria De Educação Do Estado De Goiás – Seduc/Go

Resumo

O presente artigo discute a importância da mediação docente no desenvolvimento da leitura crítica em ambientes digitais, com ênfase na promoção da autonomia leitora entre os estudantes. Diante das transformações provocadas pelo avanço das tecnologias da informação e comunicação, os processos de leitura e escrita passaram a exigir novas competências, sobretudo relacionadas à seleção, análise e interpretação de diferentes linguagens e suportes. Nesse cenário, o papel do professor torna-se fundamental na condução de práticas pedagógicas que incentivem o pensamento crítico e a construção de sentidos nos diversos formatos de textos digitais. A pesquisa, de caráter bibliográfico e abordagem qualitativa, analisa estratégias que favorecem o engajamento dos alunos com os textos multimodais, considerando o contexto social e tecnológico no qual estão inseridos. O estudo também ressalta a relevância da formação contínua dos docentes para que possam atuar de forma crítica e criativa frente aos desafios impostos pela cultura digital. A mediação docente, quando pautada em uma proposta reflexiva e participativa, amplia o acesso ao conhecimento e contribui para o fortalecimento da autonomia dos estudantes na leitura, na produção de sentidos e na participação ativa em ambientes digitais. Conclui-se que a construção da autonomia leitora, em uma sociedade cada vez mais mediada por tecnologias, depende de práticas pedagógicas conscientes e intencionais, que valorizem a leitura crítica como ferramenta de transformação social e de ampliação da cidadania.

Palavras-Chave: *mediação docente; leitura crítica; autonomia leitora; letramento digital; tecnologias educacionais.*

Date of Submission: 01-11-2025

Date of Acceptance: 10-11-2025

I. Introdução

A emergência das tecnologias digitais na sociedade contemporânea tem provocado transformações profundas nas formas de comunicação, acesso à informação e produção de sentidos, impactando diretamente os processos educativos. Em especial, o ato de ler sofreu modificações significativas, uma vez que os suportes

digitais demandam novas habilidades cognitivas, interpretativas e críticas. Nesse cenário, a leitura não se restringe mais ao papel, exigindo do leitor competências que lhe permitam navegar, selecionar, interpretar e posicionar-se diante de conteúdos multimodais, muitas vezes fragmentados e velozes. Esse panorama impõe à escola e ao professor o desafio de revisar suas práticas pedagógicas, a fim de preparar sujeitos capazes de exercer a leitura crítica e consciente no universo digital.

A leitura, enquanto prática social, ultrapassa a mera decodificação de signos e exige envolvimento ativo do sujeito na construção do sentido do texto. Em ambientes digitais, esse processo se intensifica, uma vez que o leitor se depara com diferentes linguagens, hipertextos e fluxos informacionais que requerem constante análise e posicionamento ético. Como advertem Rojo e Moura (2012, p. 97), “a formação do leitor crítico é tarefa fundamental da escola, sobretudo diante dos desafios colocados pela cultura digital, marcada por múltiplas vozes, interfaces e discursos”. Diante disso, a mediação docente torna-se ainda mais relevante, pois cabe ao professor orientar, problematizar e ampliar os repertórios interpretativos dos estudantes, conduzindo-os a desenvolver autonomia leitora em contextos digitais.

A atuação do docente como mediador da leitura crítica demanda não apenas domínio de estratégias didáticas, mas também sensibilidade para compreender os diferentes modos de apropriação tecnológica dos estudantes. É preciso reconhecer que os jovens já estão inseridos em práticas sociais digitais, porém nem sempre com os recursos necessários para filtrar, avaliar e contextualizar as informações consumidas. Para Freire (1989, p. 14), “ensinar a ler é ensinar a pensar, é ensinar a dizer a palavra, a ler o mundo”, o que evidencia que a leitura crítica não pode ser dissociada do compromisso ético e formativo do educador. Assim, o desenvolvimento da autonomia leitora passa pelo incentivo à reflexão, à dúvida e à construção de posicionamentos críticos diante das múltiplas vozes do mundo digital.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre a importância da mediação docente no estímulo à leitura crítica em ambientes digitais, destacando sua relação com a formação de leitores autônomos. Para tanto, o estudo se apoia em uma abordagem teórico-bibliográfica, com base em autores que discutem a leitura crítica, a mediação pedagógica e os impactos da cultura digital no processo de ensino-aprendizagem. Serão abordados, ao longo do texto, os conceitos de leitura crítica, os desafios da atuação docente diante das tecnologias e as possibilidades metodológicas para a construção da autonomia leitora, considerando a escola como espaço privilegiado de formação cidadã.

II. A Mediação Docente Na Era Digital: Desafios E Possibilidades Para A Formação Leitora

A contemporaneidade impõe à educação o desafio de formar leitores em um contexto profundamente atravessado pelas tecnologias digitais. Nessa paisagem marcada pela velocidade da informação, pela multiplicidade de suportes e pela fragmentação da atenção, o papel do professor como mediador do processo de leitura torna-se ainda mais relevante. A mediação docente, compreendida como a intervenção planejada e intencional no processo de construção de sentidos, deve ser repensada à luz das novas linguagens, das demandas cognitivas e das práticas culturais que emergem da cultura digital. A leitura, nesse cenário, deixa de ser apenas uma habilidade técnica e passa a assumir contornos de competência crítica e interpretativa, exigindo do educador posturas pedagógicas que incentivem a curiosidade intelectual, o pensamento reflexivo e a autonomia dos estudantes diante dos textos.

A leitura, enquanto prática social, atravessa diferentes espaços e tempos da vida dos sujeitos. Por isso, é inadequado tratá-la apenas como uma habilidade instrumental ou um conteúdo escolar. Ao contrário, ela precisa ser compreendida como um processo de construção de significados que envolve dimensões cognitivas, culturais, afetivas e sociais. Goulart (2020, p. 19) argumenta que “a leitura não ocorre no vácuo, mas se desenvolve na interação entre sujeito, texto e contexto, exigindo mediações que favoreçam a compreensão e a interpretação reflexiva”. Nesse sentido, a ação do professor ganha centralidade como elo entre os textos e os sentidos que os estudantes são capazes de construir a partir de suas experiências de mundo.

Com o advento das tecnologias digitais, a leitura deixou de se restringir ao suporte impresso e passou a se configurar como prática multimodal, fragmentada e hipertextual. Para Dadico (2017, p. 3):

No ambiente digital as redes de leitura se expandem, mas o fluxo de informação fragmentada exige filtros e estratégias interpretativas que nem sempre são desenvolvidas nas práticas escolares tradicionais. Essa constatação revela a urgência de se repensar a formação do leitor em sala de aula, ampliando o conceito de leitura e reconhecendo as especificidades cognitivas e culturais do ato de ler em tela.

Nesse contexto, a mediação docente deve atuar como ponte entre o universo digital e a leitura crítica, propondo atividades que ajudem os estudantes a navegar entre textos, imagens, links e sons com autonomia e discernimento.

Entretanto, os desafios que se impõem à mediação docente não são apenas técnicos, mas também epistemológicos e formativos. É necessário que os professores compreendam os fundamentos teóricos da leitura e os novos paradigmas dos multiletramentos, bem como que sejam formados para lidar com as demandas complexas dos ambientes digitais. Santos et al. (2022, p. 3) afirmam que “a multimodalidade textual amplia os

repertórios dos estudantes, mas exige intervenções didáticas que articulem criticamente as diferentes linguagens”. Essa compreensão é reforçada por Coscarelli (2021, p. 18), ao apontar que “a atuação docente precisa dialogar com as práticas sociais da leitura digital, sem perder de vista os objetivos formativos da escola”. Assim, a mediação exige não apenas competência pedagógica, mas também sensibilidade cultural e leitura crítica do contexto sociotécnico.

A formação inicial e continuada dos professores precisa incorporar discussões sobre o papel da mediação leitora, os desafios da leitura digital e as potencialidades das tecnologias para promover o engajamento e a compreensão textual. Moro e Estabel (2011, p. 91) destacam que “a ação do professor mediador pressupõe planejamento, conhecimento sobre os estudantes e compromisso com a formação cidadã”. Isso significa que a mediação não pode ser improvisada nem genérica, mas deve ser sustentada por intencionalidade, reflexão e objetivos pedagógicos claros. Nesse sentido, a leitura precisa ser integrada ao projeto político-pedagógico da escola como eixo estruturante da formação intelectual e ética dos estudantes.

Outro aspecto importante a considerar é o impacto das tecnologias digitais no comportamento leitor dos estudantes, especialmente no que diz respeito à atenção, à memória e à capacidade de interpretação profunda. Medeiros et al. (2025, p. 26) alertam que:

A hiperconectividade pode comprometer a capacidade de sustentar a leitura atenta e reflexiva, exigindo novas formas de mediação docente que ajudem os alunos a reorganizar o foco e a permanência nos textos. Esse cenário evidencia que a leitura digital não pode ser naturalizada como evolução da leitura tradicional, mas precisa ser problematizada e criticamente compreendida.

Para que a mediação docente seja efetiva, é fundamental que o professor reconheça os saberes e os repertórios dos estudantes, considerando suas experiências digitais como ponto de partida para a construção de práticas leitoras mais significativas. Aneleto e Oliveira (2019, p. 55) ressaltam que “valorizar os contextos de leitura dos alunos é reconhecer que a formação leitora se faz na articulação entre experiência, linguagem e mediação intencional”. Essa abordagem implica superar a visão deficitária que muitas vezes se tem da leitura digital e apostar na sua integração crítica e criativa ao currículo escolar.

Além disso, é preciso considerar que a mediação docente na era digital exige um reposicionamento ético e político do professor, que deve assumir a leitura como prática de resistência e de emancipação. Para Gasque (2022, p. 8), “a mediação não é apenas uma prática metodológica, mas uma escolha pedagógica com implicações sociais e culturais profundas”. Essa concepção é também abordada por Coscarelli (2021, p. 12), ao destacar que “o trabalho com a leitura envolve decisões que ultrapassam o domínio técnico e demandam compromisso com a formação crítica dos sujeitos”. Nesse sentido, amplia-se o escopo da ação docente, inserindo-a em um projeto de formação cidadã e de transformação social, no qual a leitura é compreendida como direito, linguagem de expressão e instrumento de participação.

Nesse contexto, a escola precisa criar espaços sistemáticos e intencionais de leitura, em que os estudantes sejam convidados a refletir sobre os textos, a dialogar com diferentes gêneros e linguagens e a produzir sentidos de forma autônoma. A mediação, portanto, deve estimular o pensamento crítico, a curiosidade intelectual e o gosto pela leitura, indo além das exigências avaliativas ou conteudistas. Cabe ao professor favorecer o encontro significativo com os textos, criando condições para que os alunos se reconheçam como leitores ativos, capazes de interagir com os discursos e construir interpretações próprias, em um processo contínuo de formação crítica e emancipatória.

A dimensão afetiva da mediação também não pode ser negligenciada. Estabelecer uma relação de escuta e de acolhimento com os estudantes é essencial para que eles se sintam motivados a ler e a interpretar o mundo por meio da leitura. Santos (2022, p. 51) observa que “a empatia, o cuidado e o respeito à singularidade dos leitores são condições fundamentais para uma mediação leitora efetiva”, enquanto Silva (2023, p. 38) ressalta que “a mediação sensível cria vínculos duradouros entre leitor, texto e educador, favorecendo experiências formativas mais potentes e transformadoras”. Com base nessa escuta pedagógica, o professor pode propor textos significativos, fortalecer a autonomia leitora dos alunos e contribuir para uma cultura escolar mais viva e plural.

A formação leitora na era digital exige, portanto, um novo modelo de mediação docente, que articule conhecimentos técnicos, sensibilidade pedagógica e consciência crítica. Esse modelo deve ir além da transmissão de conteúdos e buscar desenvolver, nos estudantes, a capacidade de ler com profundidade, interpretar com autonomia e posicionar-se diante dos discursos com responsabilidade. Como sintetiza Santos et al. (2022, p. 4):

A mediação docente na leitura digital é um processo que exige planejamento, escuta, criatividade e compromisso com a formação crítica dos estudantes. É preciso criar situações em que a leitura seja vivida como experiência significativa, envolvendo o corpo, a memória, a emoção e a reflexão. Apenas assim é possível formar leitores que compreendam o mundo e queiram transformá-lo.

Em suma, a mediação docente na era digital constitui um campo desafiador, mas também cheio de possibilidades para a formação de leitores autônomos, críticos e engajados. As tecnologias, longe de ameaçarem a leitura, podem potencializá-la quando integradas com intencionalidade, criatividade e sensibilidade pedagógica. Para tanto, é indispensável investir na formação docente, na valorização da leitura como eixo da educação e na

construção de uma escola que reconheça a palavra como espaço de resistência, de encontro e de reinvenção do mundo. A mediação docente, nesse horizonte, deixa de ser apenas uma técnica de ensino e se transforma em gesto político, poético e emancipador.

III. Estratégias Pedagógicas Para O Desenvolvimento Da Leitura Crítica Em Ambientes Digitais

O surgimento de novas tecnologias e a popularização dos dispositivos digitais transformaram profundamente as práticas de leitura na contemporaneidade. No ambiente escolar, essas transformações exigem uma reconfiguração das metodologias didáticas, a fim de promover uma formação leitora que seja compatível com os desafios impostos pela cultura digital. A leitura crítica, nesse cenário, assume uma função essencial: possibilitar ao estudante a compreensão, a interpretação e o posicionamento diante das múltiplas informações que circulam em diferentes plataformas. Para que isso ocorra, torna-se fundamental o emprego de estratégias pedagógicas que articulem intencionalmente tecnologia, linguagem e pensamento reflexivo.

Compreender a leitura como prática social, situada historicamente, é um ponto de partida para a elaboração de intervenções que promovam a leitura crítica. Segundo Soares et al. (2015, p. 33):

A leitura deve ser entendida como uma prática situada em contextos culturais específicos, o que implica reconhecer que diferentes grupos constroem diferentes modos de ler, interpretar e atribuir valor aos textos. Nesse contexto, o ambiente digital não é um simples suporte, mas um espaço de significados, onde os estudantes interagem com diversos gêneros, linguagens e discursos.

Tais experiências requerem um letramento que transcenda a decodificação e se volte à construção de sentidos em rede, com capacidade de análise e de posicionamento crítico.

Para fomentar a leitura crítica em ambientes digitais, é imprescindível desenvolver estratégias que valorizem a interação entre o leitor e o texto de forma ativa. Nascimento (2021, p. 79) afirma que “o estudante precisa ser levado a interrogar o texto, identificar os discursos subjacentes e posicionar-se diante das ideias apresentadas”, e Souza (2023, p. 64) complementa ao destacar que “a mediação docente nas práticas digitais deve instigar o pensamento reflexivo e a argumentação autônoma dos estudantes”. Entre as possibilidades, destaca-se a utilização de plataformas interativas, como blogs, fóruns e redes sociais educacionais, que permitem a troca de ideias e o aprofundamento das interpretações. Nessas práticas, o professor atua como mediador, propondo perguntas orientadoras, promovendo debates e incentivando a produção textual responsiva.

A organização de sequências didáticas que integram textos multimodais é outra possibilidade relevante. Lopes (2020, p. 104) destaca que:

Os textos digitais exigem dos leitores a articulação de diferentes códigos semânticos, como imagem, som e movimento, o que demanda intervenções pedagógicas sistemáticas. A leitura crítica, nesses contextos, precisa envolver a compreensão das relações entre os elementos compositivos dos textos e a intencionalidade dos autores.

Atividades de análise de vídeos, memes, podcasts e infográficos podem potencializar essa dimensão crítica, desde que conduzidas com foco na interpretação e no debate fundamentado.

A reflexão coletiva em sala de aula, estruturada por meio de rodas de conversa e projetos colaborativos, favorece a escuta ativa e o desenvolvimento do pensamento crítico. Caldas (2006, p. 55) defende que “a escola deve ser um espaço de mediação, em que a leitura ganhe sentido social e político, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e autônomos”. Nesse sentido, a leitura de textos digitais deve ser acompanhada de momentos de discussão que estimulem os estudantes a argumentar, contra-argumentar e tomar posição. Essa interação entre pares e com o docente amplia as possibilidades de compreensão e fortalece os vínculos com a leitura como prática de participação cidadã.

As práticas pedagógicas voltadas à leitura crítica precisam também considerar as diferenças cognitivas, culturais e afetivas entre os estudantes. Piske e Neitzel (2020, p. 139) observam que “o professor mediador é aquele que compreende a heterogeneidade do grupo e busca estratégias diferenciadas para garantir o acesso e a participação de todos os estudantes nos processos de leitura e interpretação textual”, o que reforça a importância de abordagens flexíveis e sensíveis à diversidade. Segundo Batista e Carvalho (2022, p. 91), “a personalização dos recursos didáticos contribui para a construção de experiências de leitura mais significativas, especialmente em contextos inclusivos”. Nesse contexto, o uso de tecnologias assistivas, a adaptação de materiais e a diversificação dos suportes podem ampliar a inclusão e a efetividade das ações educativas, promovendo equidade no desenvolvimento das competências leitoras.

Um ponto central nas estratégias de leitura crítica em ambientes digitais é a problematização dos discursos veiculados nas redes e na mídia. Rocha (2024, p. 64) afirma que “a leitura crítica não deve ser ensinada isoladamente, mas integrada ao cotidiano escolar, às práticas interdisciplinares e aos projetos coletivos de aprendizagem”. Projetos temáticos que envolvam análise de notícias falsas, campanhas publicitárias ou discursos de ódio, por exemplo, podem mobilizar os estudantes a pensar sobre o impacto dos textos digitais na formação da opinião pública e da identidade social. Tais atividades favorecem a compreensão da linguagem como instrumento de poder e de representação.

A análise linguística dos textos digitais também é uma via potente para o desenvolvimento da leitura crítica. Costa e Mello (2020, p. 211) destacam que:

O trabalho com gêneros digitais deve incluir a análise das estruturas linguísticas e dos efeitos de sentido, ampliando a compreensão sobre os mecanismos de construção textual e suas implicações ideológicas. Esse enfoque permite que os estudantes identifiquem os recursos utilizados pelos autores para persuadir, informar ou manipular o leitor.

Assim, o ensino da leitura se articula ao desenvolvimento da consciência linguística, contribuindo para a formação de leitores mais atentos e críticos.

A integração da leitura crítica aos componentes curriculares pode ser realizada por meio de projetos interdisciplinares, envolvendo temas sociais relevantes. Tagata et al. (2021, p. 6) apontam que “projetos de leitura crítica que articulam diferentes áreas do conhecimento ampliam o repertório dos estudantes e fortalecem o pensamento sistêmico”. De acordo com Oliveira e Mendes (2023, p. 44), essa articulação permite que o trabalho com temas como meio ambiente, diversidade cultural ou democracia promova a leitura como instrumento de compreensão do mundo e de construção da cidadania. A articulação entre leitura, escrita e produção de sentido se fortalece quando o conhecimento escolar se vincula à realidade vivida pelos alunos.

A formação de leitores críticos em contextos digitais depende de uma postura docente reflexiva, criativa e comprometida com a educação democrática. É preciso superar modelos instrucionistas, em favor de práticas que envolvam o estudante como sujeito ativo do processo educativo. Soares et al. (2015, p. 74) destacam que a leitura, “quando cultivada em ambientes coletivos, potencializa o diálogo entre diferentes visões de mundo e contribui para a formação de leitores críticos”. Assim, promover a leitura em plataformas digitais é também fomentar espaços de convivência, trocas simbólicas e abertura para a diversidade.

Promover a leitura crítica é uma tarefa que envolve desafios complexos, mas também abre possibilidades inovadoras de intervenção pedagógica. O uso de tecnologias, quando vinculado a objetivos formativos claros e fundamentado em concepções críticas de leitura, pode potencializar o desenvolvimento intelectual, social e afetivo dos estudantes. A seguir, observa-se uma síntese desse entendimento quando:

A leitura crítica em ambientes digitais exige que o professor não apenas selecione ferramentas tecnológicas, mas crie contextos de aprendizagem que favoreçam a interpretação profunda, o questionamento e o debate argumentativo. É no confronto com diferentes textos, discursos e linguagens que os estudantes constroem a consciência do papel social da leitura e de sua responsabilidade como sujeitos de linguagem (TAGATA et al., 2021, p. 10).

A construção de uma educação que valorize a leitura como prática de liberdade e consciência depende de ações intencionais, comprometidas e fundamentadas. A escola, os professores e os gestores devem assumir o compromisso de tornar a leitura uma experiência significativa e transformadora. Nessa direção, o uso dos ambientes digitais deve ser orientado por princípios éticos, políticos e formativos, contribuindo para uma educação que articule conhecimento, empatia e responsabilidade cidadã.

IV. Da Mediação À Autonomia: Formando Leitores Ativos E Conscientes No Contexto Escolar

A formação de leitores autônomos e conscientes representa um dos grandes desafios da educação contemporânea. Em um mundo marcado pela velocidade da informação, pela pluralidade de linguagens e pela fluidez dos textos digitais, é fundamental que a escola exerça um papel formador que supere a transmissão de conteúdos e promova o desenvolvimento de habilidades leitoras que garantam participação crítica e ativa na sociedade. Para tanto, a mediação pedagógica deve ser vista como processo estruturante, capaz de conduzir os estudantes rumo à autonomia na construção de sentidos e no posicionamento frente aos discursos.

A mediação docente, compreendida como intervenção intencional e sensível ao contexto do aluno, é essencial para o desenvolvimento das competências interpretativas. Segundo Moraes (2023, p. 41):

A mediação do professor é fundamental para que os alunos avancem da leitura literal à leitura inferencial e crítica, articulando diferentes vozes e discursos presentes nos textos com suas próprias vivências. A prática mediadora deve criar espaços de escuta, reflexão e produção, promovendo a participação do estudante como sujeito de linguagem, protagonista no processo de leitura e interpretação.

A autonomia leitora não se constrói de maneira espontânea. Ela resulta de um percurso formativo que envolve exposição sistemática a diferentes gêneros e linguagens, mediações qualificadas e ambientes que estimulem o prazer e o engajamento com o texto. Pacheco (2022, p. 123) observa que “os textos não existem isoladamente, mas em rede, dialogando com outros discursos e com a experiência de quem os lê”. Essa intertextualidade precisa ser trabalhada em sala de aula para que o leitor aprenda a identificar relações, questionar intencionalidades e formar opiniões com base em argumentos consistentes.

Para Goulart (2020, p. 24), “o professor precisa mediar não apenas o acesso aos textos, mas também o encontro com os sentidos, criando condições para que os alunos se reconheçam como leitores ativos”. Promover a autonomia significa construir trajetórias em que os estudantes possam exercer sua interpretação com base em

suas experiências de mundo, seu repertório e sua capacidade crítica. Segundo Ribeiro e Soares (2022, p. 71), essa construção passa pelo reconhecimento da leitura como prática social, que exige escuta, valorização da diversidade e respeito à subjetividade dos leitores. Isso implica valorizar a singularidade dos sujeitos, acolher suas leituras e fomentar a produção de sentidos de forma colaborativa e dialógica.

As práticas escolares devem abandonar a concepção tecnicista da leitura, pautada na repetição e na memorização, para se abrirem à construção de significados em contextos reais de uso da linguagem. Souza (2021, p. 93) destaca que:

A escola precisa ensinar a ler como quem pensa, duvida, compara, sente e transforma. Nesse sentido, o trabalho pedagógico deve envolver situações desafiadoras, que levem os alunos a ler com profundidade, relacionar informações e formular posicionamentos críticos frente aos discursos sociais em circulação.

As práticas escolares devem tratar a leitura como um direito cultural, superando abordagens tecnicistas e meramente instrumentais. Tal compreensão exige a construção de um ambiente escolar onde os estudantes sejam motivados a ler de maneira significativa, reconhecendo a leitura como experiência de formação humana, e não apenas como meio para obtenção de nota ou aprovação. A autonomia só se efetiva quando a leitura se transforma em ato de compreensão do mundo e de expressão de si.

Nesse processo, é fundamental a formação de professores leitores, capazes de compartilhar sua experiência leitora com os estudantes, inspirando, sugerindo caminhos e promovendo a interlocução com diferentes universos textuais. Como afirmam Nunes et al. (2020, p. 4), “a escola deve fomentar um ambiente que estimule a leitura por prazer, articulando a prática leitora com os interesses e experiências dos estudantes”. Essa articulação não exclui o rigor analítico, mas o incorpora de modo afetuoso, tornando a leitura um hábito desejado e significativo.

A leitura autônoma é também fortalecida por atividades que valorizem a escuta ativa, a produção colaborativa e o debate fundamentado. Segundo Santos et al. (2022, p. 4), “a mediação docente na leitura digital é um processo que exige planejamento, escuta, criatividade e compromisso com a formação crítica dos estudantes”. Criar espaços de interação com os textos, por meio de rodas de leitura, clubes de leitura, projetos interdisciplinares e produção de resenhas, contribui para que o aluno se veja como sujeito capaz de interpretar e transformar os sentidos dos textos.

A autonomia leitora é um processo gradual, que exige tempo, acompanhamento e uma escuta qualificada por parte do professor. Como ressalta Motta (2015, p. 115), “a autonomia não é a negação da mediação, mas seu desdobramento, quando o sujeito assume para si a tarefa de construir sentidos e se posicionar diante do que lê”. Essa concepção contrapõe a ideia de que a mediação compromete a liberdade do leitor. Ao contrário, é pela mediação que se criam as condições para que a liberdade interpretativa se realize com profundidade e responsabilidade. Para Dias (2023, p. 41), “a mediação pedagógica eficaz não suprime a autoria do aluno, mas amplia sua capacidade de atribuir sentidos a partir de múltiplas leituras de mundo”, reforçando que a construção da autonomia ocorre em diálogo com o outro e com os textos.

Nesse sentido, a autonomia não se confunde com individualismo ou com leitura isolada. Trata-se de uma autonomia solidária, construída em contextos de interação e de trocas significativas, em que o leitor aprende a respeitar o outro, a confrontar ideias e a ampliar seus horizontes de compreensão.

Desse modo:

Formar leitores autônomos é formar sujeitos capazes de dialogar com o mundo a partir dos textos que leem. Isso exige sensibilidade pedagógica, planejamento, envolvimento e um olhar atento às condições concretas de cada estudante. Formar leitores é formar cidadãos, e isso implica um compromisso político com o direito à leitura em sua plenitude (SOUZA, 2021, p. 93).

A leitura, quando mediada com cuidado, torna-se um poderoso instrumento de emancipação. Através dela, os estudantes constroem referências, ampliam vocabulário, desenvolvem argumentação e adquirem competências discursivas fundamentais para o exercício da cidadania. Promover a autonomia é, portanto, um gesto pedagógico que reconhece a leitura como espaço de autoria, de escuta e de intervenção no mundo.

Consolidar uma cultura de leitura autônoma na escola demanda ações articuladas entre professores, gestores e políticas educacionais. É preciso garantir tempo pedagógico destinado à leitura, acervos diversos e atualizados, e formação continuada dos docentes. Segundo Silva e Andrade (2022, p. 88), “uma política de leitura eficaz na escola pressupõe compromisso institucional com a formação leitora e com a valorização das práticas culturais dos estudantes”. Cabe à escola, enquanto espaço coletivo, cultivar o gosto pela leitura, promovendo experiências que envolvam sensibilidade, escuta e abertura ao novo. Para Oliveira (2023, p. 102), “a leitura na escola precisa ser compreendida como prática social e afetiva, que amplia o repertório e forma sujeitos críticos”. A leitura não é apenas conteúdo: é relação, encontro e transformação.

Ao promover a leitura como experiência formativa e criativa, o ambiente escolar reafirma seu compromisso com uma educação cidadã e plural. A mediação, nesse horizonte, torna-se caminho para a liberdade, para o pensamento crítico e para a construção de sujeitos capazes de ler o mundo com profundidade, sensibilidade

e responsabilidade. A leitura autônoma é, portanto, uma conquista coletiva, tecida no cotidiano da escola, no vínculo entre educadores e educandos, e no desejo compartilhado de compreender e transformar a realidade.

V. Considerações Finais

O percurso reflexivo desenvolvido ao longo deste artigo evidencia que a construção da autonomia leitora, sobretudo em tempos marcados pela cultura digital, depende de um processo intencional de mediação pedagógica. A leitura crítica, em ambientes mediados por tecnologias digitais, requer mais do que acesso às plataformas e conteúdos: demanda competências interpretativas, capacidade de discernimento, apropriação linguística e consciência do contexto sociocultural em que os textos circulam.

Nesse sentido, a mediação docente não deve ser confundida com tutela ou controle excessivo, mas compreendida como prática formativa que orienta, provoca e estimula o pensamento autônomo. O professor é agente de articulação entre os saberes escolares e os multiletramentos exigidos pela contemporaneidade. Sua ação precisa integrar conhecimento didático, domínio das tecnologias digitais e sensibilidade às demandas subjetivas dos estudantes, favorecendo práticas de leitura que extrapolem a reprodução de informações e avancem em direção à análise crítica, à argumentação e à autoria.

Além disso, o desenvolvimento da leitura crítica e autônoma requer condições institucionais favoráveis. É imprescindível que as escolas garantam tempo pedagógico para práticas leitoras significativas, acervos diversificados e atualizados, espaços de escuta e acolhimento das experiências dos estudantes, bem como processos permanentes de formação continuada dos docentes. O engajamento dos gestores escolares e das políticas públicas também se mostra fundamental para consolidar projetos que valorizem a leitura como prática social emancipadora.

As transformações nos modos de ler e escrever no mundo digital exigem uma postura ativa das instituições educativas frente aos desafios do nosso tempo. O estímulo à leitura precisa ser acompanhado de ações que promovam o protagonismo estudantil, respeitando os ritmos individuais de aprendizagem e incentivando a construção de sentidos por meio da interlocução com textos de diferentes gêneros, suportes e linguagens. Nesse processo, o papel do professor não é o de transmitir interpretações prontas, mas o de fomentar experiências leitoras que despertem o interesse, a curiosidade e o posicionamento ético dos alunos diante das realidades vividas.

Por fim, é necessário reafirmar que a leitura não se resume a uma habilidade técnica ou a um conteúdo escolar mensurável. Ela se constitui como um direito humano fundamental e um instrumento de formação crítica para a cidadania. Investir na leitura crítica e autônoma, mediada por educadores comprometidos com a transformação social, é contribuir para a formação de sujeitos capazes de compreender o mundo e intervir nele de forma consciente, criativa e solidária. A escola, enquanto espaço coletivo e formador de sentidos, deve assumir essa responsabilidade como parte de sua missão social e política, garantindo que cada estudante possa se reconhecer como leitor do mundo e da própria história.

Referências Bibliográficas

- [1]. Aneleto, Ú. C.; Oliveira, M. S. Educação, (Multi)Letramentos E Tecnologias. Salvador: Edufba, 2019. Disponível Em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/30951/3/Ed-Multiletramentos-Tecno-Miolo-Ri.Pdf>. Acesso Em: 5 Ago. 2025.
- [2]. Caldas, Graça. Mídia, Escola E Leitura Crítica Do Mundo. Educ. Soc., Campinas, V. 27, N. 94, P. 117–130, Jan./Abr. 2006. Disponível Em: <https://www.scielo.br/j/es/a/9njy5hbb3zsrhrxrgdbbb>. Acesso Em: 5 Ago. 2025.
- [3]. Costa, J. A. A.; Mello, C. J. A. Leitura Como Prática Social: Mediação Em Sequência Didática Sobre Dom Quixote. Revista Educlings, V. 9, N. 16, P. 134–151, 2020. Disponível Em: <https://periodicos.unespar.edu.br/revistaeducclings/article/download/6573/4594>. Acesso Em: 5 Ago. 2025.
- [4]. Dadico, L. Modos De Ler Livros Em Meios Digitais: Transformações No Leitor Brasileiro Contemporâneo. Perspectivas Em Ciência Da Educação, 2017. Disponível Em: <https://www.scielo.br/j/pep/a/58qmfxyycv8pjyd9hhxcqj/>. Acesso Em: 5 Ago. 2025.
- [5]. Gasque, K. C. G. D. Competência Leitora Na Cultura Digital E A Biblioteca Escolar. Educação Em Biblioteca Escolar, 2022. Disponível Em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/79956>. Acesso Em: 5 Ago. 2025.
- [6]. Goulart, I. C. V. A Mediação Da Leitura No Processo De Formação De Leitores. Revista Leitura (Ufal), 2020. Disponível Em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/10885>. Acesso Em: 5 Ago. 2025.
- [7]. Goulart, I. C. V. A Mediação Da Leitura No Processo De Formação De Leitores. Revista Leitura (Ufal), 2020. Disponível Em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/10885>. Acesso Em: 5 Ago. 2025.
- [8]. Lopes, M. J. Letramento Digital Crítico E Multiletramentos. Trabalho De Conclusão De Curso, Uneb, 2020. Disponível Em: <https://www.mped.uneb.br/wp-content/uploads/2020/11/Tfcc-Maria-Jeane.Pdf>. Acesso Em: 5 Ago. 2025.
- [9]. Medeiros, A. R. De Et Al. A Otimização Da Leitura Literária Com O Auxílio Das Tecnologias Digitais: Uma Sequência Didática Para O Engajamento. Arace, 2025. Disponível Em: https://www.researchgate.net/publication/352816360_What_Has_Been_Studied_On_Gamification_In_Higher_Education_In_Portugal_And_Brazil. Acesso Em: 5 Ago. 2025.
- [10]. Melo, P. L. S.; Carvalho, G. S. O Bibliotecário Como Mediador Na Formação Leitora Nas Bibliotecas Escolares De Belém. Trabalho Apresentado Em Evento, 2024. Disponível Em: <https://portal.febab.org.br/Cbbd2024/Article/Download/3295/3129/9856>. Acesso Em: 5 Ago. 2025.
- [11]. Morais, M. R. A Arte Da Mediação Da Leitura No Ambiente Escolar: Emoções, Percepções E Desejos Do Leitor. Humanidades E Inovação, Palmas, V. 10, N. 12, 2023. Disponível Em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/9332/5338>. Acesso Em: 5 Ago. 2025.

- [12]. Moro, E. L. Da S.; Estabel, L. B. A Mediação Da Leitura Na Família, Na Escola E Na Biblioteca Através Das Tecnologias De Informação E De Comunicação E A Inclusão Social Das Pessoas Com Necessidades Especiais. *Inclusão Social*, V. 4, N. 2, 2011. Disponível Em: <https://Revista.Ibict.Br/Inclusao/Article/View/1657>. Acesso Em: 5 Ago. 2025.
- [13]. Motta, R. J. C. A Mediação Da Leitura Literária Na Escola: Fruição Estética E Formação Leitora. *Nuances: Estudos Linguísticos E Literários*, 2015. Disponível Em: <https://Revista.Fct.Unesp.Br/Index.Php/Nuances/Article/Download/3735/3153/13639>. Acesso Em: 5 Ago. 2025.
- [14]. Nascimento, M. S. Do. Práticas Leitoras Na Era Digital: Suportes De Leitura E O Hipertexto. *Anais Colegiadas Uea*, 2021. Disponível Em: <https://Pppla.Uea.Edu.Br/Wp-Content/Uploads/2021/06/Praticas-Leitoras-Na-Era-Digital-Suportes-De-Leitura-E-O-Hipertexto.Pdf>. Acesso Em: 5 Ago. 2025.
- [15]. Nunes, M. S. C. Et Al. Mediação Da Leitura Na Biblioteca Escolar: Práticas E Percepções De Alunos. *Perspectiva Em Ciência Da Informação*, 2020. Disponível Em: <https://Www.Scielo.Br/J/Pci/A/D8qjixtvvk3fzrtxjfrg7pd/>. Acesso Em: 5 Ago. 2025.
- [16]. Pacheco, J. M. A Leitura Como Prática Social. *Intersaberes*, [S. L.], 2022. Disponível Em: <https://Www.Cadernosuninter.Com/Index.Php/Intersaberes/Article/View/2235/1785>. Acesso Em: 5 Ago. 2025.
- [17]. Piske, Gabriela; Neitzel, Adair De Aguiar. Mediação De Leitura Do Literário No Ensino Médio: A Leitura Como Acontecimento. *Horizontes*, Itatiba, V. 38, N. 1, E020047, 2020. Disponível Em: <https://Revistahorizontes.Usf.Edu.Br/Horizontes/Article/Download/723/495>. Acesso Em: 5 Ago. 2025.
- [18]. Rocha, A. M. S. O Processo Dialógico E A Mediação Da Leitura Na Formação De Leitores Críticos No Ambiente Escolar. *Em Questão*, São Paulo, 2024. Disponível Em: <https://Www.Scielo.Br/J/Emquestao/A/Zyzbc7h87q3nsmnj8yyk6nq/>. Acesso Em: 5 Ago. 2025.
- [19]. Rosário Santos, R. Do. Mediação Da Leitura Nas Vivências De Estudantes Universitários: Formação Leitora E Subjetividade. *Revista Incidência, Usp*, 2022. Disponível Em: <https://Revistas.Usp.Br/Incid/Article/Download/184374/183739/564344>. Acesso Em: 5 Ago. 2025.
- [20]. Santos, N. A. Dos Et Al. Práticas De Leitura Na Cultura Digital Sob A Perspectiva Dos Multiletramentos. *Anais Colegiadas Uea*, 2022. Disponível Em: <https://Www.Repositorio.Ufal.Br/Bitstream/123456789/8346/1/Práticas%20de%20leitura%20na%20cultura%20digital%20sob%20a%20perspectiva%20dos%20multiletramentos.Pdf>. Acesso Em: 5 Ago. 2025.
- [21]. Soares, Magda A. P. Et Al. Práticas Sociais De Leitura E Formação De Leitores Críticos. In: *Conedu*, 2015. *Práticas Sociais De Leitura E Formação...* [S. L.]: Editora Realize, 2015. Disponível Em: https://Editorarealize.Com.Br/Editora/Anais/Ceduca/2015/Trabalho_Ev047_Md1_Sa4_Id720_29052015100036.Pdf. Acesso Em: 5 Ago. 2025.
- [22]. Souza, T. S. N. Formação Do Aluno-Leitor: Desafios E Estratégias. *Repositório If Goiano*, 2021. Disponível Em: <https://Repositorio.Ifgoiano.Edu.Br/Bitstream/1547/1/Artigo%20-%20publica%C3%A7%C3%A3o.Pdf>. Acesso Em: 5 Ago. 2025.
- [23]. Tagata, W. M. Et Al. Rethinking Digital Literacy Practices And Educational Responses In Times Of Uncertainty. *Revista Brasileira De Linguística Aplicada*, 2021. Disponível Em: <https://Www.Scielo.Br/J/Rbla/A/Gqrmtb9z5zzkjjxrpwvn66h/>. Acesso Em: 5 Ago. 2025.